

ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO
Nº 11.2.0269.1, DE 24/08/2011,
CELEBRADO ENTRE O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E
A ARENA PERNAMBUCO
NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.
NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a **ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.**, doravante denominado **BENEFICIÁRIA**, sociedade anônima fechada, com sede na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 126, sala 1206, Edifício Empresarial Center III, Recife, PE, inscrita no CNPJ sob o nº 12.077.949/0001-79, por seu representante abaixo assinado;

têm, entre si, justo e acordado aditar o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0269.1, adiante designado simplesmente CONTRATO, celebrado entre o BNDES e a BENEFICIÁRIA, por instrumento particular, em 24 de agosto de 2011, e registrado sob o nº 1011148, em 13/09/2011, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro – RJ e sob o nº 833392, de 31/08/2011, no 1º Ofício de Registro de Títulos, Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Recife – PE, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:



Sabrina de O. Bicalho
Advogada



PRIMEIRA

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

“OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA”

Em face do acordo ora celebrado, as partes resolvem aditar o CONTRATO para tornar sem efeito o inciso XVI da Cláusula Décima Primeira.

SEGUNDA

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

“CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO”

Em face do acordo ora celebrado, as partes resolvem aditar a Cláusula Décima Terceira do CONTRATO para (i) tornar sem efeito o inciso II e a alínea “b” do inciso IV; e (ii) inserir a alínea “g” ao inciso V. Em face destas alterações, ora propostas a Cláusula Décima Terceira do CONTRATO passa a vigor, a partir da presente data, com a seguinte redação:

“DÉCIMA TERCEIRA

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das **“DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”** retromencionadas, e das estabelecidas nas **“NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO”**, a que se refere o artigo 2º das mesmas **“DISPOSIÇÕES”**, fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - Para utilização da primeira parcela do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:

- a) abertura, pelo BENEFICIÁRIA, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias e da averbação do

BNDES

Sabrina de O. Gicairo
Advogada



penhor no livro de Registro de Ações Nominativas da BENEFICIÁRIA;

- c) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias do referido contrato;
- d) comprovação da concordância do Estado de Pernambuco acerca da cessão fiduciária ao BNDES dos direitos emergentes do Contrato de Concessão Administrativa para Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s);
- e) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE SUPORTE DA PATROCINADORA, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias do referido contrato;
- f) comprovação da contratação do Seguro-Garantia referido no inciso VIII da Cláusula Décima Primeira, mediante a apresentação da(s) respectiva(s) apólice(s) e dos comprovantes de pagamento do(s) prêmio(s), observado o disposto nos incisos IX e X da Cláusula Décima Primeira;
- g) apresentação do contrato firmado com entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com vistas à obtenção de certificação para o projeto;
- h) declaração expressa do autor do projeto básico e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;
- i) apresentação do alvará de construção emitido pelo Município de São Lourenço da Mata;

- j) comprovação da aprovação prévia das demais fontes de recursos, necessárias à implementação integral do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
 - k) comprovação da anuência do Estado de Pernambuco relativamente às condições estabelecidas para os CONTRATOS DE PENHOR DE AÇÕES E DE CESSÃO DE FIDUCIÁRIA, a serem firmados, entre outras partes, pelo BNDES e a BENEFICIÁRIA; e
 - l) comprovação da eficácia do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s).
- II - (sem efeito)
- III - Para utilização de parcela superior a 30% (trinta por cento) do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula: apresentação do contrato firmado com empresa independente para auditar a execução físico-financeira dos investimentos;
- IV - para utilização de parcela superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:
- a) apresentação do projeto executivo da Arena aprovado pela FIFA;
 - b) (sem efeito);
 - c) aprovação dos projetos básico e executivo da Arena pelo Corpo de Bombeiros; e
 - d) apresentação do projeto executivo da Arena Multiuso da Copa 2014 aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º, §1º da Lei n.º 8.666/1993, acompanhado da seguinte documentação:
 - (i) declaração expressa do autor do projeto executivo e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;

- (ii) anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos autores de todos os documentos técnicos relacionados com a obra, incluindo os projetos de engenharia e arquitetura, os orçamentos, especificações técnicas, cadernos de encargos, memoriais descritivos, conforme estabelece o artigo 1º da Lei nº 6496/1977;
- (iii) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto da Arena atende, no que couber, aos requisitos previstos na Portaria do Ministro de Estado do Esporte no. 124/2009, relativa ao Decreto no. 6.795/2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei nº 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor); e
- (iv) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto atende as condições impostas pelas concessionárias de serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telefonia.

V - para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do BENEFICIÁRIO ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débito – CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pelo BENEFICIÁRIO no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- c) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre a continuidade da validade de tal documento;
- d) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, de listagem contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES, de forma a comprovar que as máquinas e

equipamentos adquiridos com recursos deste Contrato estão credenciados pelo BNDES;

- e) comprovação do aporte de recursos da correspondente contrapartida na conta corrente a que se refere o inciso XXIII da Cláusula Décima Primeira, nos valores previstos no Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES; e*
- f) cumprimento ao disposto no Processo n.º 028.115/2010-4, em trâmite perante o Tribunal de Contas da União (TCU), bem como em quaisquer manifestações proferidas por esse Órgão que repercutam neste Contrato, quando cabível, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo; e*
- g) inexistência de comunicação formal emitida pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, informando o descumprimento dos compromissos relativos ao entorno do empreendimento apoiado, conforme pactuados na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014.*

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto na alínea "f" do inciso V desta Cláusula, o BNDES encaminhará à BENEFICIÁRIA, para ciência, os documentos recebidos do TCU que repercutam neste Contrato, devendo a BENEFICIÁRIA declarar expressamente o seu conhecimento do teor dos referidos documentos."

TERCEIRA

RATIFICAÇÃO

São ratificadas, neste ato, pelas partes contratantes, todas as Cláusulas e condições do CONTRATO, no que não conflitam com o que se estabelece neste Aditivo, não importando o presente em novação.

QUARTA

REGISTRO

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a proceder à averbação deste ADITIVO nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Recife, no Estado de Pernambuco, e da Comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, à margem dos respectivos registros do CONTRATO mencionados no preâmbulo

BNDES

Substituto do Diretor
Administrativo





deste instrumento, reservado ao BNDES o direito de considerar vencido antecipadamente o CONTRATO, caso tais averbações não lhe sejam comprovadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do presente instrumento.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Sabrina de Oliveira Bicalho, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Sabrina de O. Bicalho
Advogada



SEC CPI BNDES - 0164/2015



Folha de Assinaturas do Aditivo nº 01 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0269.1, celebrado entre o BNDES e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012

Pelo BNDES:


Julio C. M. Ramundo
Diretor



Guilherme N. Lacerda
Diretor

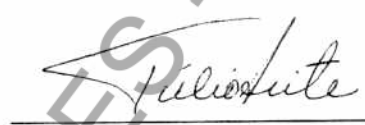
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNDES

Pela BENEFICIÁRIA:

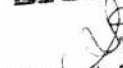

ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

TESTEMUNHAS:


Nome: SÉRGIO FONTES
Identidade: 3638092 IFP/RJ
CPF: 433949227-20


Nome: TULLIO CESAR COSTA LEITE
Identidade: 04675659-9 DIC-RJ
CPF: 553.236.007-30




Sabrina de O. Bicalho
Advogada

